ANAIS

IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

MOVIMENTO SOCIAL ATEU: SECULARISMO, ESFERA PÚBLICA, LEGALIDADE

Ricardo Cortez Lopes (Faculdade CMB - Professor Pesquisador (PQ))[1]

Resumo: O movimento social ateu no Brasil surgiu entre o fim do século XIX e o começo do século XX, caracterizado por exigir, por vias legais e através da esfera pública, um estado laico para que o Brasil pudesse superar uma série de obstáculos que a adesão à religião ocasionava ao desenvolvimento do país em vários sentidos. Em um primeiro momento, esse movimento processou-se dentro da lógica positivista, buscando revolucionar a religiosidade brasileira com fim a estabelecer a religião da humanidade. Em um segundo momento, dada as mudanças de pensamento historicamente contigentes, esse movimento tornou-se mais característico pelo apelo ao pluralismo. É a partir desse ângulo que o trabalho busca apresentar como o conceito de secularização foi tratado por esse movimento social ao longo do tempo no Brasil, buscando compreender sua articulação com as noções de ação social na esfera pública e laicismo estatal.

Palavras-Chave: Movimento Social Ateu. Laicismo. Esfera Pública. Secularização

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o laicismo (vital para se discutir o avanço do processo de secularização) adquiriu contornos decisivos quando do advento da Revolução Francesa, após o Iluminismo (CIPRIANI, 2012: 16). Dentro do clima de derrubada do Antigo Regime, muitos intelectuais (ou "publicistas", na expressão utilizada por Auguste Comte) empreenderam um esforço no sentido de fundar uma nova moral que pudesse dar início a um princípio de coesão, capaz de integrar os indivíduos em uma sociedade moderna não baseada na religião católica como fator aglutinador dos diferentes atores. Émile Durkheim, por exemplo, propôs uma moral laica, baseada no estudo da Religião para poder construir uma moral em que a autoridade fosse a coletividade, ou seja, uma moral sui generis (DURKHEIM, 2007: 25). Esta, no entanto, foi uma das concepções elaboradas. Uma série de projetos de secularização do espaço público foram formuladas no bojo desta conjuntura social específica, de modo que este breve artigo intentará expor uma dessas propostas. O projeto que foi o "vencedor", e que muitas vezes é confundido com a própria concepção de laicismo (conceito que é uma verdade em disputa, tal

[1] Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: rshicardo@hotmail.com

como na expressão de Foucault) é aquele que diz que a religião é uma atividade privada, de modo que diz respeito apenas ao indivíduo, e que busca romper radicalmente com a religião (SANCHIS, 2001: 38). Todavia, a conjuntura da Revolução Francesa era a do domínio católico, de modo que hoje em dia o que predomina é o multi-culturalismo, que desemboca no pluralismo religioso (SANCHIS, 2001: 38). É possível se colocar uma série de questões a partir dessa mudança paradigmática, e a discussão sob essa conceituação se torna de uma importância primordial nesta nova ambientação.

O tema que este trabalho buscará abordar será o do laicismo concebido e propagado como teoria e ação moral dentro de um movimento social brasileiro em especial: o movimento ateu, com foco no Rio Grande do Sul. O modo de aproximação teórica com o tema se deu a partir de uma divisão desse movimento em segmentos cronológicos quanto à moral propagada, de maneira a captar o modo como essas concepções foram mudando a respeito das ideias de laicismo e de atuação civil. O método utilizado para captação dos dados foi a da análise de conteúdo (BARDIN, 1977: 30) do material, que se constitui em documentação histórica e documentação resultante de pesquisa social.

Nesse sentido, propomos, de maneira preliminar, a seguinte periodização para os estudos sobre o movimento ateísta no Brasil.

1) **Etapa Tateante** (1497 – 1844[2])**:** nesta etapa[3], os ateus manifestavam-se esparsamente, individualmente e sem um fim maior definido, não deixando tantos vestígios materiais de associações. Também o faziam de maneira não-explícita, através de personagens de romances literários (usando figuras de linguagem para se comunicar com pessoas com o mesmo capital simbólico) ou sociedades secretas.
2) **Etapa Revolucionária** (1844 – 1930[4])**:** nesta etapa os positivistas propõem-se a subsituir a religião católica por uma religião da humanidade, focada no homem, e não em uma entidade abstrata como Deus. O ateísmo em si ainda não é o centro exclusivo das preocupações, mas vem a reboque no carro da república ditatorial, da qual teceremos mais detalhes adiante.

[2] Ano da defesa da primeira tese científica de um positivista: "Plano e Método de um Curso de Fisiologia", de Justiniano da Silva Gomes (SOARES, 1998: 87).
[3] O texto aqui escrito é suposição, pois não há evidências que sustentem o que se diz sobre essa etapa em questão, o que torna a questão mais filosófica do que propriamente objeto da sociologia. Mas nos parece razoável supor que assim se transcorreram essas manifestações, pois a cultura não apaga totalmente a individualidade das pessoas que nela estão inseridas, de modo que uma pessoa do passado poderia, sim, constituir sua identidade como atéia, mesmo que vivendo em um ambiente amplamente dominado por ideias religiosas.
[4] Começo do governo Getúlio Vargas, que incentivou um forte nacionalismo centralizador, acabando com o projeto federalista a que os positivistas ainda se apegavam (SOARES, 1998: 117), e que buscou modernizar ao Brasil, dando início a uma maior industrialização e maior concentração de população nas cidades, e não no campo (KONRAD, 2007: 97).

Nesta etapa, o objetivo é homogeneizante (tornar a todos iguais), mas sem o recurso à violência.

3) **Etapa Reivindicatória** (1930 – dias atuais): começou quando da penetração da modernidade nas elites brasileiras, quando certa e específica diversidade passou a ser incentivada, dada a própria cultura brasileira estar sendo reconhecida como plural, surgindo algum espaço para certas práticas que puderam ser levadas a cabo sem a enérgica punição estatal. Assim, após a consolidação do estado laico (apesar de este ainda ser denunciado como endêmicamente teísta pelos ateístas até os dias de hoje), o ateísmo se reivindica como variedade cultural que merece ser respeitada dentro de um contexto de estado de direito, buscando atuar dentro do legalismo. Assim, surgem uma série de organizações que buscam reivindicar o fim do preconceito contra pessoas atéias. A esse contexto pertencem a ATEA, a Sociedade Brasileira de Céticos e Racionalistas, Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, etc. Nesta etapa, o objetivo é pluralizante, igualmente sem utilizar o recurso à violência.

Será a partir desta periodização (que esperamos seja substituída no momento em que o assunto do ateísmo se torne mais estudado dentro das ciências sociais) que acompanharemos as concepções desse movimento social. Veremos que este foi um movimento de dois polos: um polo passivo e outro ativo, os quais esclareceremos mais adiante. Iniciaremos nossa exposição pelo positivismo (o qual consideramos a primeira manifestação de um movimento ateísta sistematizado por motivos que exporemos mais adiante) e depois passaremos às organizações atéias mais atuais e suas áreas de atuação, e a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (que, de agora em diante, chamaremos pela sua sigla, ATEA). A documentação utilizada para se chegar a essas concepções foi o material de divulgação da Igreja Postivista de Porto Alegre e o site da ATEA.

Partiremos do pressuposto de que a mensagem que os ateístas passam em seus veículos de divulgação não sofre processos pedagógicos simplificativos e nem se utiliza de mecanismos de persuasão, pois o objetivo deste grupo não seria outro senão o convencimento intelectual, daí a não necessidade deste tipo de expediente discursivo. Por essa razão, acreditamos que analisar esse material de divulgação conduza às questões caras à moral deste movimento social.

2 - A RELIGIÃO COMO ATEÍSMO: OS POSITIVISTAS E A ESFERA PÚBLICA PRESSUPOSTA

É comum se escutar no meio acadêmico a afirmação de que o positivismo possuía uma religião, e que, ao mesmo tempo, mostrou-se detentor de um cientificismo bastante exaltado. Tal concepção, no entanto, não resiste a um exame aprofundado do material produzido pelos positivistas como artigo de propaganda.

O material coletado para fazer essa reflexão sobre como os positivistas conceberam e atuaram nos eixos a que esse breve texto se propôs a abordar foram coletados no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fontes doadas pela Capela Positivista de Porto Alegre por conta da condição duplicada deste material.

Para iniciarmos o assunto do laicismo, todavia, é necessário que se discuta a questão da suposta religiosidade do movimento positivista, pois assim será possível delinear com mais facilidade o que concebem como laicismo. Efetivamente, o positivismo denominava-se como "Religião da Humanidade", e utilizava-se de uma série de vocábulos que remetiam a um misticismo. É de se ressaltar, no entanto, que a utilização do termo religião por parte dos positivistas insere-se no sistema simbólico criado pela doutrina positivista, e que seu uso é específico e guarda uma significação própria dentro desse conjunto conceitual. Atribuir esse uso do termo a fenômenos transcedentais (mais detalhes adiante) é um erro muito difundido.

A religião nunca se constituiu, para os positivistas, em uma transcedência do mundo natural. Antes de tudo, os positivistas abdicavam de qualquer discussão metafísica (não recaindo, por outro lado, no empirismo de Hume e Locke) (HENSEN, 2013: 27), de modo a se focarem apenas naquilo que se mostrasse comprovável (ou positivo). Nesse caso, a única entidade que se mostraria comprovável como realmente existente seria a Humanidade, que, efetivamente, mostra-se existente no passado, mostra-se existente no presente, e mostrar-se-á existente no futuro (daí o famoso lema: "viver para outrem"). É, portanto, um humanismo, que acredita que a Natureza é uma entidade autônoma que não foi causada (AUERBACH, 1972: 151) e que, apesar de não se interessar em investigar essas causas primeiras, não acredita que houve uma intencionalidade na criação do universo e na condução de seu devir. É, portanto, uma religião secular, pois não acredita na possibilidade de transcendência.

Portanto, o laicismo está inserso dentro desta lógica, que é o avanço natural das etapas que a mente humana percorre, a saber, as explicitadas pela teoria dos três estados, as quais Comte esclarece no seu *Cours de filosofie positive* como sendo o estado teológico (no qual os fenômenos são explicados por crenças na sobrenaturalidade das coisas), o metafísico (no qual os fenômenos são explicados pela sobrenaturalidade dos deuses) e o positivo (no qual os fenômenos são explicados a partir de comprovação científica) (COMTE, 1972: 4). O laicismo

– a atitude de entregar o poder à racionalidade do terceiro estado, e não à tradição pertencente aos primeiro e segundo estados - é a única maneira de se derrotar a religiosidade – que causa a desagregação das pessoas, ao voltá-las para a satisfação dos interesses das pretensas divindades, e não para a felicidade da humanidade – e se atingir a integração máxima possível para o ser humano.

O fato de os positivistas adotarem a teoria dos três estados como referencial historicista já dá a tônica de como se desenrolará a sua atividade de divulgar o positivismo. A estrutura formal foi a das casas de divulgação, as Igrejas. A maneira como esta divulgação ocorria se desenrolou a partir de uma noção de esfera pública, pois, se de fato a humanidade chegaria ao terceiro estado, qual seria a necessidade de se tomar o poder político através de uma revolução ou mesmo a partir de eleições?

Através de sua propaganta, o positivismo buscou insuflar o debate sobre o que seria melhor para o Brasil, buscando incentivar a educação positivista através de seus panfletos. Como afirma o próprio Comte:

> [citando Comte] "... não anhelei de módo algum nem mesmo aprovei os abalos de 1830 e 1848 émbora haja me esforçado por utilizá-los após a sua consumação; conduzindo-se assim os pozitivistas deverão sempre prever as tempestades, e se esforçárem primeiro por preveni-las; depois por abrandá-las, enfim por utilizá-las; porém considerando-se como livremente associados aos governos ocidentais sem jamais secundarem opozição alguma, cujo respeito involuntário obterão, além do que partido algum os julgará seus concorrentes ao poder. (Ensino do Catecismo Pozitivista: XVI)

Portanto seria longe da esfera de ação do governo, que ainda possuía atores ligados aos estados anteriores, que se desenvolveria esse debate, e seria através dele que os pensamentos seriam "evoluidos" aos poucos para integrarem-se ao pensamento de reforma social. Daí a **polaridade passiva** desse movimento: tratar-se-ia de esperar. Mas essa reforma social passaria, no entanto, por uma revolução religiosa.

Para efeitos ilustrativos, citaremos alguns trechos do material coletado, sem, no entanto, entrar no mérito de sua análise, dado o caráter sintético deste artigo:

> Mudanças científicas e econômicas estraçalham as velhas crenças [...] vasto aumento de conhecimentos e experiências [nos dias atuais causaram essa desatualização]. Ha´grande perigo em final e (cremos) fatal identificação da palavra religião com doutrinas e métodos que perderam seu significado e que estão sem meios para resolverem o problema da vida humana no 20° século. Religiões sempre foram meios para realizar os mais altos valores da vida. Seus fins foram atingidos através da interpretação da total situação circunstante (teologia ou visão de mundo), o sentido dos valores resultantes daí (objetivos e ideais) e a técnica (culto) estabelecida para a

satisfatória compreensão da vida (Manifestos Humanistas I e II: 1)

A previdencia do legislador penal esqueceu, porém, que todas as doutrinas chiméricas, por isso mesmo que são absolutas, emquanto despertam sentimentos de amor pelas entidades que consagram, despertam-n'os também de antipatia e inextinguivel odio entre si, a ponto de abrirem atravez de extenso campo da historia humana um profundo mar de sangue (O espiritismo e o Código Penal; a feitiçaria e o código penal; férias forenses: 7)

O deus absoluto como dogma fundamental, é substituido pelo conjunto de leis naturais conhecidas constituindo o destino, e das leis naturais desconhecidas contituindo o Acazo. [e segue] O deus absoluto como elemento de temor, é substituido pelo conjunto de antepassados humanos que admiramos, dos mortos que trabalharam pelos vivos, dos vivos que vivem com preocupações altruistas, isto é, sociais, e ds que hão de viver pelos quais nos esforçamos e agimos, em todos os instantes da nossa vida objetiva (Marcha do ateísmo: 8)

[...] Este ser supremo, no positivismo é a humanidade, definida como o conjunto contínuo dos seres convergentes, passados, futuros e presentes. Não deve ser confundida com a espécie humana. (Positivismo ou Religião da Humanidade: 1)

As relações fraternas, circunscritas inicialmente ao lar e à cidade, estendem-se ao planeta inteiro: abrangem o passado, o futuro e o presente; congraçam todos os seres, tudo que concorreu, concorre e há de concorrer para aperfeiçoar a ordem universal (Humanidade: a deusa do futuro: 9)

3 - O ATEÍSMO HOJE: REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS

O material analisado (novamente, aqui não serão explicitados os detalhes da análise) foi coletado em sites da internet de propriedade de organizações ateias, que são, ao nosso ver, possuidores de uma função análoga ao do material de divulgação do Templo Positivista. Nesse trabalho, mostraremos o site da Associação Brasileira de Ateus e agnósticos, e será neste material que a metodologia da análise de conteúdo se desenvolverá.

O site da Atea possui o seguinte layout, como nos demonstra a Figura 1:

Figura 1 - printscreen do site da ATEA



Fonte: página da internet

O nosso foco será nas documentações das sessões “Argumentos”, “Perguntas e respostas” e no Estatuto Jurídico dessa organizaçaõ para analisar as ideias de laicismo e ação ateia dentro do estado de direito, que os integrantes supõem como bem concebido através da Constituição Federal de 1988.

O estatuto, ao nosso ver, demonstra-nos duas posições da organização atéia com relação à mensagem que desejam passar: a) o fato de esse estatuto dar origem a uma instituição que pode ser uma espécie de “laboratório” (ou um microcosmos) para uma democracia laica, visto que aceita pessoas de todas as crenças (desde que protejam o laicismo) e que se utilizam de uma série de dispositivos caros a regimes democráticos:

> Poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa[grifos nossos] e, para seu ingresso, o interessado deverá manifestar sua intenção através de qualquer meio documentado, dirigida à Diretoria Executiva, que a submeterá à análise, e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado [...]A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa [...] (ESTATUTO DA ATEA, sem página)

e b) o fato de querer se integrar como uma ideia já constitucionalmente viável (portanto legal), daí a sua redação em um formato semelhante à CF de 88.

O laicismo é um assunto caro à ATEA, mas o termo não possui muita recorrência

durante a exposição do site, nem é dotado de uma conceituação própria. Provavelmente por conta de que a conceituação do laicismo é a mesma adotada pela CF de 1988, de modo que a ATEA busca proteger esse laicismo já corretamente institucionalizado. É possível observar essa discussão em seus princípios:

> Parágrafo Único - A Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, adota como princípios:
> a) *A separação entre o Estado Brasileiro e instituições religiosas, seja em esfera Federal, Estadual ou Municipal, no exercício da administração direta ou indireta;*
> b) *O respeito a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS* Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948;
> c) *O repúdio a qualquer tipo de preconceito e discriminação de qualquer natureza, conforme definida pela legislação brasileira em vigor*;
> d) *A legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade*; e
> e) O respeito e defesa da Constituição da República Federativa do Brasil, em todos os seus artigos, *unidade e soberania do Brasil*. [grifos meus] (ESTATUTO DA ATEA, sem página)

Nestes tópicos estão presentes as discussões sobre o laicismo dentro dos documentos analisados. Os trechos sublinhados dão conta de que a presença e a ação de entidades religiosas dentro da arena pública pode gerar as consequencias de desrespeito aos direitos humanos, em discriminação, em prejuízo às legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e a possibilidade de prejudicar a unidade e a soberania do Brasil.

Mas a religião em si não seria o problema, pois proibir qualquer exercício de religiosidade seria um atentado contra a liberdade de pensamento, ferindo-se, assim, os direitos humanos, que se constituem no código moral adotado pela organização. Um dos problemas seria a mistura da religião com a administração estatal.

> f) Promover a laicidade efetiva do Estado, combatendo em todas as esferas legais qualquer tipo de associação que seja contrária ao descrito na Constituição da República Federativa do Brasil;
> g) Promover o pensamento crítico e o método científico; (ESTATUTO DA ATEA, sem página)

O outro problema seria o da discriminação que sofreriam os ateus, que, ao não poderem usufruir do laicismo estatal, não poderiam se defender legalmente.

> c) Auxiliar a auto-afirmação dos ateus e agnósticos frente ao preconceito e a rejeição

> sociais;
> d) Apontar o ateísmo e o agnosticismo como caminhos filosóficos viáveis, consistentes e morais;
> e) Promover sistemas éticos seculares; (ESTATUTO DA ATEA, sem página)

Portanto, o laicismo é a maneira que se encontra de se levar à esfera política o interesse humanista, que se preocupará com o ser humano (ainda que de maneira individualista, e não totalitária, como a maneira positivista), e não com o culto a uma divindade específica. Será aquele instrumento para depurar os interesses religiosos (que se referem a esfera privada, o que seria por si só anti-democrático) e tornar a atividade política mais direcionada para um fim: o ser humano.

> Com muita frequência se afirma que a fé dá provas, ou que a própria fé é uma prova. Mas é fácil perceber que ter fé é somente uma atitude, interna e pessoal como todas as atitudes. Ela nada nos diz sobre a realidade externa ao indivíduo. Se eu tiver fé que o Papai Noel existe, isso mostra que ele existe ou que eu me recuso obstinadamente a aceitar sua inexistência? (ARGUMENTOS, sem página)

Os ateistas modernos não possuem a pressuposição de que o mundo se encaminha para um processo de racionalização crescente, e que basta se observar empiricamente para constatar que isso ocorrerá inexoravelmente. Por essa razão, não postulam uma esfera pública, na qual possam realizar a sua atividade por um fim maior. De modo que a constituição que redigiram busca justamente complementar e defender a Constituição Federal de 1988, e não negá-la. O trabalho é apenas o do esclarecimento sobre a necessidade de se cultivar o estado laico, não há interesse em se afirmar que a religião é fruto de algum atraso mental (embora alguns segmentos mais radicais assim o pensem, e expressem essas concepções a partir do anonimato da internet), mesmo que o rompimento com a religião seja definitivo (não há a intenção de se continuar a religião ou substitui-la, como ocorre com os positivistas). Os ateístas acreditam que é possível manter-se a convivência pacífica das religiões com o ateísmo, desde que se respeite o individualismo e a liberdade de escolha. E que a atividade religiosa na esfera pública é danosa, pois fará a sociedade “andar para trás”, pois não embasa a atividade política em bases racionais.

> No que diz respeito à existência de qualquer entidade, a posição "default", ou padrão, é a de descrença: das infinitas entidades que podemos imaginar, cremos apenas na existência da diminuta fração de coisas a respeito das quais temos boas razões para acreditar que existem (do contrário, creríamos na existência de um enorme número de coisas cuja inexistência não podemos provar, como um bule de chá azul na órbita de Marte, e dragões invisíveis e indetectáveis por qualquer meio conhecido). (PERGUNTAS E RESPOSTAS, sem página)

E o problema não é apenas empírico: tem a ver com o que os positivistas chamariam, no nosso entender, de critério de positividade[5]:

> A questão da existência não tem nada a ver com a visão: trata-se de provas ou ao menos evidências. E há muitos tipos de evidências além das visuais. Temos todos os sentidos além da visão, e ainda a lógica e uma enorme variedade de aparelhos e técnicas que nos ajudam a coletar evidências e provas sobre o ar, as bactérias, os átomos e todas as coisas cuja existência damos como certa. Só na esfera místico-religiosa existem entidades cuja existência há quem aceite pacificamente sem evidências, ou mesmo apesar de evidências contrárias: deuses, anjos, espíritos, fantasmas, almas, "energias", etc. (ARGUMENTOS, sem página)

E essa adesão à religiosidade é social, e não racional, pois:

> Todo mundo nasce ateu, ou seja, sem crenças em quaisquer deuses, e a maior parte das pessoas adquire essa crença devido à doutrinação em casa e na escola. Portanto, ao contrário do que acontece com a religião, alguns ateus sempre foram ateus, e outros se tornaram ateus. Mas ainda assim é claro que qualquer forma de ateísmo deve ter justificativas sólidas. (PERGUNTAS E RESPOSTAS, sem página)

É a partir dessa compreensão sobre a religiosidade e do laicismo que pode se pensar o modo de atuação ateu dentro da política.

> h) Defender os direitos legais de ateus e agnósticos podendo participar e contribuir com as instituições democráticas legalmente descritas e fundamentadas na Constituição da República Federativa do Brasil, fazendo sugestões, participando de discussões sociais e representando ações públicas ou privadas sempre com base nos objetivos descritos e fundamentados neste estatuto (ESTATUTO DA ATEA, sem página)

Portanto, se o ateísmo positivista era paciente e reformador, o ateísmo da ATEA é cidadão, busca atuar dentro do legalismo para ampliar a ação das instituições democráticas. É, ao nosso ver, a **polaridade ativa** desse movimento social, pois busca ativamente defender o laicismo dessas instituições.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentamos descrever como as concepções de secularismo e de ação variaram dentro do que denominamos de movimento social ateu, refletindo sobre as

[5] Critério que afirma, em nosso entender, que algo somente pode se afirmar como corretamente compreensível e relevante se pode ser provado através de experimentação (que, nesse caso, significa a poder constituir-se em um fato descritível empiricamente).

implicações destes conceitos dentro do sistema simbólico desses atores, que variou conforme o passar do tempo.

É possível se estabelecer um padrão de continuidade na relação entre o positivismo e os movimentos sociais ateus da atualidade, e também algumas rupturas, que todavia não impedem a afinidade eletiva que os liga ao mesmo movimento. Ambos não buscam a intervenção política fora dos limites do direito (de modo que o material coletado faz alusão a ações judiciais movidas por integrantes dos respectivos movimentos). Todavia, o movimento ateu atual adquiriu um caráter mais ligado à conservar a "pureza" da herança renascentista e iluminista (que se constituem em avanços concretos em direção aos direitos humanos), de modo que assim ela possa se espalhar da mesma maneira. Tal herança, no entanto, foi interpretada de maneira individualista, e não coletivista (muito menos totalitarista). Seria, ao mesmo tempo, uma função de resguardo do poder político contra seus desvirtuadores e uma ampliação da obra de quem conseguiu secularizar a prática política de uma maneira histórica. Difere do positivismo, portanto, nessa vontade de mudança política: se os positivistas gostariam de realizar a reforma social, os ateístas contemporâneos buscam manter as instituições como democráticas e independentes de qualquer vínculo partidário ou religioso, o que só pode ocorrer através do laicismo. E esse laicismo só poderia ser obtido através da educação, e não pela simples evolução da mente humana.

Cumpre notar que o ateísmo ainda é uma categoria da identidade que sofre uma série de sanções morais por parte de algumas pessoas de outros credos. Por esta razão, essa pesquisa se dedica a compreender o ateísmo como movimento social, para auxiliar na construção dessa identidade, pois somente a partir dessa reflexão é que se pode construir o respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários.** 2. ed. São Paulo : Cultrix, 1972.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa : Edições 70, 1977

CIPRIANI, Roberto. A Religião no Espaço Público. In: ORO, Ari, STEIL, Carlos Alberto. **A Religião no Espaço Público.** São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva: I e II Lições. In: **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, Émile. **A educação Moral.** Petrópolis: Vozes, 2007.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento.** 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

KONRAD, Diorge Alceno. Ampliando a concepção, a pesquisa e o ensino sobre a história dos movimentos sociais e políticos no Brasil. In: IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **Movimentos sociais na América Latina : desafios teóricos em tempos de globalização.** Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, v. 3, n. 3, pp. 27-43, oct. 2001

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil : 200 anos de Augusto Comte.** Porto Alegre : Age, : Ed. da UFRGS, 1998.

Site da ATEA: http://www.atea.org.br/

* * * * * **